

## **PROJETO DE LEI Nº 08, DE 3 DE JANEIRO DE 2012**

### ***Disciplina ações preventivas e corretivas ao Setor Operativo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC - e dá outras providências.***

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, por meio de seu Setor Operativo, para atendimento aos desastres ocorridos em âmbito municipal, ou para preveni-los, fica autorizada, em caráter excepcional, a auxiliar as vítimas com:

I - doação de bens de consumo, tais como:

- a) alimentos;
- b) roupas;
- c) colchões.

II - prestação de serviços de forma gratuita, a saber:

- a) fornecimento de água potável, por período definido em Decreto;
- b) serviço funerário, inclusive traslado do corpo, com respectiva urna;

III - auxílio moradia, na forma prevista nesta lei.

**Art. 2º.** O benefício eventual, na forma de auxílio moradia, constitui-se de uma prestação temporária, e será concedido em pecúnia, tendo como condição os seguintes requisitos, considerados cumulativamente:

- a) impossibilidade de retorno familiar à residência de origem ou o risco na sua permanência;
- b) comprovação do agravo material e/ou social por laudo da Defesa Civil ou do Corpo de Bombeiros;
- c) apresentação, pelo desabrigado, de contrato de locação de outro imóvel residencial que não o utilizado para sua moradia.

**Art. 3º.** O valor do benefício a que se refere o artigo 2º desta Lei será de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pagos mensalmente, durante o período em que perdurar a situação de risco, limitado ao prazo de 6 (seis) meses.

**§ 1º.** Na hipótese do aluguel mensal contratado ser inferior ao valor fixado no *caput* deste artigo, o pagamento limitar-se-á ao valor do aluguel do imóvel locado.

**§ 2º.** Será admitida a prorrogação do prazo em caso de realização de obra pública em ações de reconstrução ou de prevenção que inviabilize a moradia do beneficiário no local da residência de origem.

**Art. 4º.** Somente poderão ser objeto da locação prevista no artigo 3º imóveis localizados no Município de Itaúna, que possuam condições de habitação, estejam situados fora de área de risco e em situação regular com o fisco.

**Art. 5º.** A localização do imóvel, a negociação de valores, a contratação da locação e o pagamento mensal aos locadores será responsabilidade do titular do auxílio.

**Art. 6º.** A Administração Pública não será responsável por qualquer ônus financeiro ou legal com relação ao locador, em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte do beneficiário.

**Art. 7º.** O auxílio moradia será concedido em prestações mensais mediante depósito bancário em conta no nome do titular responsável.

**§ 1º.** A titularidade para o pagamento dos benefícios será preferencialmente concedida à mulher responsável pela família.

**§ 2º.** O pagamento a que se refere o *caput* somente será efetivado mediante apresentação do contrato de locação devidamente assinado pelas partes contratantes, contendo cláusula expressa de ciência pelo locatário de que o locador é beneficiário do Auxílio Moradia.

**§ 3º.** A continuidade do pagamento está condicionada à apresentação mensal dos recibos de quitação dos alugueis do mês anterior, apresentando o documento até o décimo dia útil do mês seguinte ao vencimento, sob pena de suspensão do benefício até a efetiva comprovação.

**Art. 8º.** É vedada a concessão do auxílio moradia a mais de um membro da mesma família cadastrada, sob pena de cancelamento do benefício.

**Parágrafo único.** O não atendimento a qualquer comunicado emitido pela Administração Concedente implicará o cancelamento do auxílio moradia tratado nesta lei.

**Art. 9º.** Cessará o auxílio moradia, com a perda do direito, a família que:

I - deixar de atender, a qualquer tempo, aos critérios estabelecidos no artigo 2º desta lei;

II - sublocar o imóvel objeto da concessão do benefício;

III - prestar declaração falsa ou empregar os valores recebidos para fim diferente do proposto nesta Lei, qual seja, para pagamento de aluguel residencial.

**Art. 10.** O valor do auxílio moradia poderá ser alterado anualmente por meio de Decreto, após prévia pesquisa dos preços praticados no mercado imobiliário local e disponibilidade orçamentária e financeira.

**Art. 11.** Não serão abrangidos por esta lei os beneficiários de auxílio moradia já concedidos por ordem judicial ou requisição do Ministério Público.

**Art. 12.** Os recursos financeiros destinados à execução desta Lei, no presente exercício financeiro, correrão à conta de dotação relacionada a *Manutenção/Serviços e Auxílios Eventuais, Reformas, apoio a moradias e enfrentamento à pobreza (material, bens e serviços para distribuição gratuita)*, vinculado à Secretaria de Assistência Social.

**Parágrafo único.** Nos exercícios financeiros vindouros fica a Administração vinculada à consignação de dotação própria junto às despesas previstas para a COMDEC.

**Art. 13.** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 3 de janeiro de 2012.

**EUGÊNIO PINTO**

*Prefeito Municipal*

**JAILSON GUIMARÃES DA SILVA**

*Secretário Municipal de Assistência Social*

**FREDERICO DUTRA SANTIAGO**

*Procurador-Geral do Município*

## ***PROJETO DE LEI Nº 08/2012***

### ***JUSTIFICATIVA***

Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

A Região Sudeste do Brasil, especialmente o Estado de Minas Gerais, nos últimos quinze dias, tem registrado grande intensidade de chuvas e os desastres naturais causados por elas.

O Sistema Nacional de Defesa Civil tem por objetivos, de conformidade com o art. 4º do Decreto Federal nº 5257/10, planejar e promover ações de prevenção de desastres naturais, antropogênicos e mistos, de maior prevalência no País; realizar estudos, avaliar e reduzir riscos de desastres; atuar na iminência e em circunstâncias de desastres; e prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações afetadas, e restabelecer os cenários atingidos por desastres, sendo certo que tais objetivos são sentidos e desenvolvidos em âmbito municipal pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

As ações de defesa civil, além de atenderem a desastres ocorridos, atuam na prevenção, sendo certo que em ambas o foco é a proteção da vida, da saúde e da dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido é que são realizadas, por todo o Brasil, doação de bens e serviços àqueles que necessitam; todavia, a doação de bens e serviços clama por lei específica do Ente Federado, dada a indisponibilidade dos bens públicos e a autonomia dos Entes Federados.

Em razão disso é que vem a Administração Municipal apresentar o presente projeto de lei.

No momento registramos, apenas, danos materiais em bens públicos, alguns pontos de inundação e outros com risco de alagamento, fato que não exclui a existência de pessoas residindo em áreas consideradas de risco, seja por inundação, por deslizamentos ou construções precárias, situações que também merecem atenção do Poder Público, na forma preventiva.

Atualmente a Administração tem sido compelida pela Justiça a conceder habitação a pessoas que residem em áreas de risco, situação que clama por regularização no âmbito extrajudicial, numa perspectiva de que compete ao Poder Público, e não apenas ao Judiciário, o atingimento da justiça, mesmo que social.

Com tais considerações submeto o presente projeto de lei à análise, alertando de que não se trata de uma nova ação administrativa, mas sim de regulamentação do que já existe.

Atenciosamente.

***EUGÊNIO PINTO***  
***Prefeito Municipal***

Itaúna, 3 de janeiro de 2012.

**Ofício nº 013/2012 - Gabinete do Prefeito**  
**Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 08/2012**

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. Exa. o Projeto de Lei que “**Disciplina ações preventivas e corretivas ao Setor Operativo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC – e dá outras providências**”, para análise, deliberação e aprovação dessa Egrégia Casa.

Considerando a grande precipitação pluviométrica registrada nos últimos dias, com o registro da existência de algumas pessoas residindo em situação de risco, solicitamos a esse nobre Edil e seus pares, análise do presente projeto em reunião extraordinária.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de apreço e consideração.

**EUGÊNIO PINTO**  
**Prefeito Municipal**

**EXMO. SR.**  
**EDIO GONÇALVES PINTO**  
**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ITAÚNA - MG**

## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Tendo esta Comissão recebido em 08 de Fevereiro de 2012, por parte da Secretaria da Câmara Municipal de Itaúna, e tendo se nomeado para atuar como relator no Projeto de Lei 09/2012, que “*Disciplina ações preventivas e corretivas ao Setor Operativo da Coordenaria Municipal de Defesa Civil – COMDEC – e dá outras providências*” de autoria do Prefeito Municipal de Itaúna, passo a expor abaixo o seguinte relatório.

### **RELATÓRIO:**

Considerando os objetivos propostos pelo Sistema Nacional de Defesa Civil e os últimos registros de existência de algumas pessoas residindo em situação de risco.

Depreendemos que o supramencionado Projeto de Lei não conflita com a ordem legal e constitucional, estando portanto apto a ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

### **VOTO DO RELATOR:**

Sou por sua apreciação do Plenário desta Casa Legislativa

Sala das Comissões, 5 de Março de 2012

**Alex Artur da Silva**

*Relator*

Acompanham o Voto do Relator os demais membros da Comissão:

**Gleison Fernandes de Faria**  
*Presidente*

**Márcio José Bernardes**  
*Membro*

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Alex Artur da Silva, em conformidade com o que estabelece o Artigo 46, Inciso VI, do Regimento Interno da Câmara Municipal, avoca para si o exercício da função de relator para apreciar o **Projeto de Lei nº 09/2012** de autoria do **Prefeito Municipal de Itaúna**, que **“Disciplina ações preventivas e corretivas ao Setor Operativo da Coordenaria Municipal de Defesa Civil – COMDEC – e dá outras providências”**

Sala das Comissões, 6 de Março 2012.

**Alex Artur da Silva**

*Presidente / Relator*

### **RELATÓRIO**

O supramencionado Projeto de Lei na ótica da Comissão de Finanças e Orçamento, não fere as disposições legais e está devidamente instruído, estando apto a ser apreciado pelo Plenário deste Legislativo.

### **VOTO DO RELATOR:**

Sou por sua apreciação do Plenário desta Casa Legislativa

Sala das Comissões, 6 de Março de 2012

**Alex Artur da Silva**

*Presidente / Relator*

Acompanham o voto do relator os demais membros da Comissão de Finanças e Orçamento:

**Anselmo Fabiano Santos**

*Relator*

**Gleison Fernandes de Faria**

*Membro*

**SMI**